



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

05/09/2018 - 39ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Bom dia.

Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa do Senado da República.

A nossa pauta prevê apreciação da indicação de autoridade e a leitura de um relatório meu, pois eu tenho de ser o Relator de um projeto de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin que trata do aperfeiçoamento da legislação que permite o acesso de mulheres às Forças Armadas. Eu acho que é um tema bem interessante, mas, como exige um quórum muito qualificado, no dia de hoje, faríamos apenas a leitura, e a matéria ficaria disponível para entrar na pauta no momento adequado, para passar para a apreciação.

Vou passar ao item 1, não sem antes cumprimentar a Senadora Ana Amélia. Conversávamos ainda há pouco. É uma colega do Senado. Lamento que muitas das competentes Senadoras estejam buscando também outras missões na vida. É o caso da Senadora Ana Amélia, que compõe a chapa com o ex-Governador de São Paulo Geraldo Alckmin, na condição de candidata à Vice-Presidente. Eu quero desejar sorte à Senadora Ana Amélia, que sempre teve uma atuação destacada em todos os sentidos e que, certamente - já faço o registro -, fará muita falta nos debates aqui, no Senado. É uma pessoa com quem eu tenho uma amizade pessoal, construída aqui também, em Brasília. Eu já fiz referência ao fato de que ela e outras colegas, como Lídice da Mata, por exemplo, por conta de missões outras que estão sendo convidadas a enfrentar nesta vida tão desafiadora, certamente, não estarão no Senado. Farão falta. Faço este registro aqui, na condição de Vice-Presidente da Comissão, presidindo esta Comissão de Relações Exteriores, em que ela atuou e atua com tanto brilhantismo, com tanta frequência, com a colaboração efetiva que, certamente, os *Anais do Senado Federal* já registraram. A Senadora Ana Amélia já tem o seu nome registrado na história da Comissão de Relações Exteriores do Senado pelo trabalho sério e competente que desempenhou aqui, como jornalista, como mulher, como Senadora, como representante do povo gaúcho. Faço este registro, porque esta é uma oportunidade que tenho de fazer isso neste esforço concentrado.

Da mesma maneira, eu queria registrar e agradecer a presença do Senador Sandoval.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) - Começar assim a manhã, meu caro amigo Senador Jorge Viana, que é de um Partido de oposição ao meu Partido, é para reafirmar dessa forma o significado das suas palavras sobre o meu trabalho aqui, sobre a nossa relação. Acima do respeito às nossas diferenças partidárias, está o respeito humano e está a relação convenientemente civilizada, amistosa, fraterna e leal que temos ao longo do tempo.

Eu quero dizer que eu tenho, sempre que cito os Parlamentares de oposição hoje, a sua figura, que a todos nós enobrece, exatamente pelo seu equilíbrio, pela sua serenidade, pela sua maneira absolutamente responsável e racional de abordar temas que, às vezes, são complexos e até polêmicos. A sua coerência nos posicionamentos aqui tem se revelado um respeito

muito grande em todos os segmentos, sejam os ambientalistas, sejam os produtores rurais, sejam as Forças Armadas, sejam as representações relacionadas à religião, às nações, às questões raciais. Em todas elas, é a mesma atitude.

Ao receber esse elogio e esse reconhecimento de V. Ex^a, eu, da mesma forma, sinto não estar, porque aprendi e aprendo a cada dia na convivência no Senado, com todos os Senadores e as Senadoras. Eu digo isso com humildade, porque foi uma escola e está sendo uma escola para mim. Eu percebi o quanto a gente pode, na política, transformar, transformar o cotidiano, transformar a vida das pessoas, produzindo leis adequadas e tendo uma atitude que eu não diria que seja exemplar, mas uma atitude que seja a confirmação de que, pela política, a gente pode modificar. O que me assusta, Senador Jorge Viana - e este é o seu pensamento também -, é que a demonização da política, que hoje vigora em nosso País, e a criminalização da política e dos políticos vão nos levar a um caos, a um fosso de maior divisão da sociedade brasileira. O Congresso não é nada mais nada menos do que o retrato fiel e bem-acabado da sociedade brasileira.

E nós temos que respeitar a democracia. Mesmo que voltem para cá Parlamentares que, na visão de alguns, não deveriam, nós temos que respeitar o resultado da maioria, do voto secreto do eleitor. É assim a democracia.

Eu agradeço muito e fico sensibilizada com a sua manifestação, mas vamos continuar amigos e trabalhando muito, intensamente para o nosso País, em qualquer campo, na diplomacia... Juntos, aqui, fizemos um debate muito interessante entre árabes e judeus, trazendo aqui o Henrique Cymerman, que nos deu uma aula de como é possível construir a paz, edificar a paz numa área tão tensionada. E nós fomos construtores desse projeto ambicioso. É exatamente dessa ideia, dessa filosofia, dessa forma de pensar e de agir que eu penso que precisamos hoje mais que nunca. Eu sei que o senhor é um soldado nessa luta.

Muito obrigada, Senador Jorge Viana. Eu renovo meu sincero agradecimento pela generosa referência que fez agora a meu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Mais uma vez, eu reitero.

Eu queria fazer algo... A Senadora Vanessa também chegou. Nós temos um item da pauta, de que o Senador Sandoval é Relator, teremos uma sabatina, mas há um projeto que estou pondo extrapauta que eu sei que agradará a Senadora Ana Amélia, a Senadora Vanessa Grazziotin, que é autora do projeto, e o Relator, que sou eu, sem falsa modéstia. Então, uma homenagem que eu faria aqui, de certa forma, à presença da candidata a Vice-Presidente na chapa com Geraldo Alckmin, a Senadora Ana Amélia, que está aqui no esforço concentrado, é que a senhora pudesse presidir a reunião, enquanto eu, na condição de Relator, fizesse apenas a leitura do relatório. Obviamente, não vamos votá-lo hoje, porque ele é terminativo e teria que ter um quórum qualificado. É um projeto que trata do aperfeiçoamento da legislação que permite à mulher servir às Forças Armadas. Então, eu acho que é uma maneira de darmos um passo adiante. Eu queria que a senhora pudesse fazer a leitura desse item extrapauta, e eu faria a leitura do projeto e, logo em seguida, voltaríamos para a proposta da sabatina.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Obrigada, meu caro Senador Jorge Viana, minha cara Senadora Vanessa Grazziotin, que da mesma forma está empenhada no processo eleitoral, como todos aqui. Quero agradecer também, Senador Jorge Viana, ao Senador Sandoval pela relatoria da mensagem da Embaixadora Vera, minha conterrânea do Rio Grande do Sul. E eu digo que a República de Piratini está sempre presente aqui na Comissão de Relações Exteriores. É o gauchismo falando muito alto. É o que nos faz dessa forma.

O item extrapauta é o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2015, terminativo, que se encontra sobre a mesa.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2015

- Terminativo -

Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação com emendas

Assim, nos termos do *caput* do art. 4º do Ato nº 7, de 2017, desta Comissão de Relações Exteriores, que versa sobre situações extraordinárias para inclusão de matéria extrapauta, e não havendo objeção do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fica incluído o PLS nº 213, de 2015, extrapauta.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) - Mais uma vez, quero agradecer e pedir desculpas, mas penso que toda manifestação que nós pudermos fazer, do ponto de vista do Parlamento, e todo aperfeiçoamento da legislação que pudermos fazer, do ponto de vista das leis brasileiras, buscando um equilíbrio entre a participação das mulheres e dos homens, é muito bem-vinda. Claro que, quando se trata das Forças Armadas, uma série de observações precisam ser feitas.

Mas eu queria cumprimentar a colega Senadora Vanessa Grazziotin pela iniciativa. É claro que, depois da PEC 95, depois de uma série de restrições orçamentárias e legais, eu fiz uma adaptação, busquei um aperfeiçoamento para que não se colocasse nenhum óbice, pelas Forças Armadas, pelo Ministério da Defesa. Fiz questão de ouvi-los, levar em conta, pedi colaboração deles e incorporei na proposta original algo que, de algum jeito, preserva o seu propósito, mas, ao mesmo tempo, faz salvaguardas para que não se tenha aí qualquer ação contra uma matéria tão importante de autoria da Senadora Vanessa, que procura garantir às mulheres uma participação maior em todas as áreas, inclusive nas Forças Armadas, para que não se perca esse propósito que é tão importante e necessário.

Então, como a Presidente, Senadora Ana Amélia, já anunciou, a matéria trata do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa, que dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar. Estamos tratando disso aqui.

O relatório, Srª Presidente.

É submetido ao exame desta Comissão o referido projeto de lei, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Para tanto, propõe alteração na lei que disciplina o acesso ao serviço militar.

Pretende-se dar nova redação - como eu já disse - ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, que estabelece o serviço militar em tempo de paz, de acordo com suas aptidões. A lei garante às mulheres a prestação voluntária de serviço militar em tempo de paz, de acordo com as aptidões. Nesse sentido, as candidatas devem manifestar essa opção no período de apresentação no ano em que completarem 18 anos de idade, como previsto no art. 13 da denominada Lei do Serviço Militar.

Então, hoje, funciona dessa maneira, e há uma mudança de terminologia que é muito importante.

Na justificação, a autora afirma que o projeto tem o caráter de ação afirmativa e destina-se a assegurar às mulheres a prestação do serviço militar em tempo de paz. Ou seja, deixa de ser uma opção e passa a ser, de fato, algo que, a partir do interesse das mulheres, pode acontecer. Então essa é a mudança mais significativa, aparentemente de terminologia, mas que muda completamente a situação. Lembra, também, que as Forças Singulares vêm incorporando mulheres em suas fileiras sem restrição, exceto na área de combate. Então, que fique claro, não se altera nada do que já se pratica no País nesse sentido. Ressalta, por fim, que “a despeito desse aumento significativo da presença feminina nas Forças Armadas, ainda não há efetiva participação feminina em todos os cargos e funções existentes nas Forças Singulares, o que certamente conforme a Carta constitucional deveria ser a realidade”.

Essa é a argumentação toda da Senadora Vanessa Grazziotin.

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo recebido parecer favorável, e a esta Comissão, à qual caberá decisão terminativa. Por isso que estou fazendo a ressalva de preferir ler e deixar que, num momento de quórum pleno, como estabelece o Regimento da Casa, se faça o debate, a discussão, que não seria hoje, e a votação. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a matéria foi originalmente distribuída à Senadora Lídice da Mata, que deixou de compor os quadros da Comissão. Nessa circunstância, a relatoria recaiu sobre a minha pessoa.

Análise. A matéria foi submetida ao exame desta Comissão, nos termos do art. 103, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo qual cabe a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições que afetem às Forças Armadas de terra, mar e ar.

De início, cabe mencionar que não vislumbramos na proposição óbice de natureza jurídica.

No tocante ao mérito, a iniciativa é louvável a vários títulos. O projeto em análise, de cunho afirmativo, concede a perspectiva de opção para as brasileiras que queiram prestar o serviço militar. A prestação desse serviço pode, entre outras coisas, proporcionar o descobrimento de novas vocações para a carreira.

Como bem lembrou a Senadora Vanessa Grazziotin, a proposta visa “dar às mulheres a oportunidade de participarem da realização desse serviço, que tantas lições de cidadania tem prestado aos brasileiros, com acesso igual para todos os gêneros”. Esse é o propósito, a essência do projeto. Com efeito, as mulheres têm plenas condições físicas e intelectuais para cumprir o serviço militar, se assim desejarem. Nesse sentido, tomo a liberdade de transcrever a fala do Secretário de Defesa do Reino Unido, Michael Fallon, em fins de 2013, que descreveu a participação das mulheres nas Forças Armadas Britânicas - aspas:

As funções em nossas forças armadas deveriam ser determinadas pela habilidade, não pelo gênero. Eu espero que, amparados por estudos sobre nossos regimes de treinamento e equipamentos, nós possamos permitir às mulheres acesso às funções combatentes em 2016.

Eles já estão num outro nível, num outro processo.

Esse é um sinal ainda mais profundo de nosso comprometimento em maximizar nossos talentos num ano que já viu a Marinha Real empregar suas primeiras mulheres submarinistas e duas outras chegarem aos mais altos cargos antes alcançados na Força Aérea Real.

Então, descreve-se ainda sobre a presença de mulheres em forças armadas estrangeiras, cito os países que compõe a Organização do Tratado do Atlântico Norte, exemplo das nações cuja seleção está no desempenho e não no sexo. Dinamarca iniciou a incorporação de mulheres em 1946; Canadá e França, em 1951; Estados Unidos, em 1970; Bélgica, em 1977; Espanha e Holanda, em 1988; Alemanha e Itália, em 2000.

E passo adiante, para que se possa concluir a apreciação deste relatório, que está disponível para todos os membros da Comissão.

Por fim, inexistem dificuldades materiais, visto que as Forças Armadas admitem oficiais e praças do sexo feminino há anos e a maioria das organizações militares possui alojamentos, banheiros e outras instalações adequadas a ambos os gêneros. Faço, então, a leitura da minha proposta, com a devida alteração.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 213, de 2015, com a seguinte emenda.

Emenda da Comissão de Relações Exteriores.

É aí que eu fiz uma adaptação incluindo as observações trazidas pelas Forças Armadas para minha relatoria:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2015, a seguinte redação:

Altera o art. 2º da Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar, garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Veja bem, é uma opção ao Serviço Militar.

Veja como fica, atendendo, no mérito, o propósito da Senadora Vanessa:

“Art. 2º

§2º As mulheres ficam isentas do Serviço Militar em tempo de paz, garantindo-se [em vez da opção] a elas a prestação voluntária desse serviço, [aí eu coloquei] de acordo com suas aptidões, sujeitas aos encargos de interesse de mobilização, levando-se em conta [essa alteração que eu fiz] os critérios de conveniência e oportunidade”.

Porque, aí, em se tratando das Forças Armadas, há orçamento, há uma série de conjuntos, mas fica alterado de uma opção para uma garantia de que as mulheres possam acessar o Serviço Militar, obviamente levando em conta as condições das Forças Armadas.

Então, no mérito, atende-se àquilo que é a intenção maior da Senadora Vanessa Grazziotin, com seu projeto, mas colocamos as ressalvas também das condicionantes que as Forças Armadas precisam levar em conta, especialmente o Ministério da Defesa, para incorporação das mulheres.

É esse o relatório, Srª Senadora Presidente Ana Amélia, Srª Senadora Vanessa Grazziotin, que eu tenho a honra de apresentar. Ele vai obviamente ser objeto de debate em outros momentos, mas eu fico muito honrado de estar aqui dando a minha contribuição histórica para aperfeiçoar a participação das mulheres no Serviço Militar brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Eu queria, primeiro, antes de passar a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, autora dessa lei, desse projeto, agradecer o empenho do Senador Jorge Viana, como Relator, de ter feito um aperfeiçoamento, um ajuste, ouvindo as lideranças das instituições que estão envolvidas na implementação dessa, eu diria, revolucionária política, que é o empoderamento das mulheres nas Forças Armadas, mais do que já foram empoderadas hoje, porque nós temos, na Marinha, por exemplo, uma oficial já graduada, e isso é um orgulho muito grande.

O percentual de mulheres na Marinha e na Aeronáutica é superior ao do Exército, que é a maior Força que nós temos em contingente de pessoal.

Então, Senadora Vanessa, parabéns. Eu acompanho também o seu trabalho em relação a essas questões, mas, particularmente nesse empoderamento da mulher, a senhora confere coerência ao trabalho de tantas legislaturas aqui como Procuradora da Mulher no Senado Federal.

Então, a Procuradora da Mulher agora faz jus também a essa missão que teve, desafiadora, incorporando também o empoderamento na área militar.

Vamos fazer o empoderamento das mulheres na área política, que é muito importante também.

Então, com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) - Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Jorge Viana não apenas pelo relatório favorável, mas pelo conteúdo do relatório, que nos ajuda muito. A mudança que o Senador apresenta também nos ajuda muito no objetivo de ver esse projeto aprovado.

Então, que minhas primeiras palavras sejam de cumprimentos e de agradecimento ao nosso Senador Jorge Viana, porque tem sido ele, como tantos outros colegas Senadores aqui também no Senado, defensor da causa da mulher. A defesa da mulher não tem que partir somente da mulher, tem que partir de todos aqueles que entendem que precisamos combater essa situação ainda de discriminação e de desigualdade que se impõe à mulher.

Em segundo lugar, Senadora Ana Amélia, obrigada a V. Exª também. Nós, que temos opiniões diferentes em vários aspectos políticos, nesta questão, estamos unidas, sempre estivemos e sempre estaremos, porque a Bancada feminina - é bom que se diga, não é, Senadora Ana Amélia?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Não tem partido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) - Exatamente. E a gente tem consigo, de uma forma muito competente também, aprovar inúmeros projetos. Ontem a própria Senadora Simone Tebet, no Plenário, relatava o importante projeto tratando do combate à violência contra a mulher e do amparo às mulheres.

Mas, enfim, esse projeto creio que seja um projeto extremamente significativo, porque ele derruba mais uma parede, ele derruba mais uma conduta que não se coaduna com os termos da Constituição brasileira, inclusive, que diz que todos são iguais perante a lei, que não pode haver discriminação por opção religiosa, por raça e por sexo - não pode haver discriminação. Aí eu pergunto: as Forças Armadas brasileiras definirem que só os homens têm o direito - e, aliás, nesse caso, são até obrigados a prestar Serviço Militar -, será que isso se enquadra perfeitamente nesse termo da Constituição? Nós pensamos que não. Nós pensamos que não. E é por isso que a gente já batalha por esse projeto há muito tempo.

É óbvio que não queremos de imediato - sabemos que nem temos condições para tal - incluir as mulheres na prestação de serviço nas Forças Armadas, da mesma forma que estão os homens. Por isso é que a gente começa com a opção - isso é opcional às mulheres que desejam -, e dentro das condições que as Forças Armadas disponibilizarem. Inclusive, há um tempo, Senador Jorge Viana, na própria regulamentação para que isso seja adequado, porque instalações serão adequadas.

Eu acho que o importante aqui no relatório do Senador Jorge Viana é que ele relata uma série de países que já adotam essa política, e nós também trabalhamos bastante vendo essa questão. Vários países dizem que as mulheres, que os países que fazem parte, por exemplo, da Organização do Tratado do Atlântico Norte, determinam que a escolha, o ingresso nas Forças Armadas para prestação de serviço não deva se dar por sexo e, sim, por desempenho. E onde é que está escrito que a mulher não pode e não tem essa condição e essa capacidade? Hoje, quais as funções das Forças Armadas? De defesa da Pátria. A defesa da Pátria se dá de várias formas, e nada diz, não há nada que diga, Senador Sandoval, que a mulher não tenha essa possibilidade de estar ali também. A Senadora Ana Amélia deu exemplo: hoje as mulheres... E a Marinha - é o maior e o melhor de todos os exemplos - é pioneira, porque a Marinha tem incluído mais no seu quadro de oficiais. Hoje a Marinha é a única arma que tem uma mulher no topo da carreira militar - a Marinha é a única que tem uma mulher no topo da carreira militar.

Então, já há essa possibilidade do ingresso das mulheres na carreira em si, sobretudo de nível superior. Creio que será um avanço muito grande a gente conseguir, mesmo que de forma opcional, a presença das mulheres na prestação de serviço das Forças Armadas.

Concluo agradecendo, Senadora Ana Amélia, as palavras de V. Exª e do Senador Jorge Viana.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) - Vamos trabalhar para aprovar, enfim, esse projeto.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Eu passo a palavra agora ao Presidente, agradecendo a honra que me deu de substituí-lo na relatoria desse importante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, muito obrigado, Senadora Vanessa e a todos.

Eu preciso urgente convidar, para que possa estar aqui junto conosco, a Srª Vera Cintia Alvarez, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério Relações Exteriores, que está indicada pela Presidente da República para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guatemala. O Relator da indicação é o Senador Airton Sandoval.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 77, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA CINTIA ALVAREZ, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guatemala.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 28/08/2018, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Peço que a secretaria traga a Srª Vera Cintia Alvarez para que possa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) - Pela ordem, Presidente.

Para agilizar os trabalhos, eu proporia a V. Exª, consultando o Plenário da Comissão, a abertura do processo de votação, porque essas indicações são de profissionais cuja biografia e cujo currículo são conhecidos de todos nós pela competência, dedicação, zelo e aplicação na política das relações exteriores, da diplomacia de qualidade que o Brasil, o Itamaraty e a Casa de Rio Branco exercem.

Então, se houver por bem, consultado o Plenário, V. Exª pode fazer essa solicitação diante da circunstância de termos uma sessão deliberativa no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Eu agradeço a colaboração da Senadora Ana Amélia e peço a secretaria que providencie a abertura, para que se possa fazer, inclusive, o recolhimento dos votos, já que foi distribuído o currículo, já que a história, a biografia da indicada é do conhecimento público.

E eu até faço uma ressalva aqui, Senadora Ana Amélia e Senadora Vanessa: veja como é que nós estamos caminhando e temos que ter fé e esperança de um mundo melhor. A nossa indicada, a Srª Vera, que agora é Ministra de Primeira Classe, mas certamente, depois do resultado dessa votação, poderemos chamá-la de Embaixadora Vera Cíntia Alvarez, está sendo indicada para Embaixadora na Guatemala, e o conselheiro que vai trabalhar com ela...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - O ministro-conselheiro é esposo dela, ou seja, ela vai ser chefe do seu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Exatamente. Ela vai, certamente, provavelmente, ter um salário um pouco maior - já que temos problemas de salários -, mas o ministro-conselheiro dela será seu esposo, algo que até há algum tempo não podia, não era permitido, de maneira absurda, já que são pessoas que, por concurso, por mérito, ocuparam a carreira na diplomacia, e ela será chefe do marido dela, com salário diferenciado, numa embaixada. São os sinais e os ventos bons que sopram, mesmo neste período de crise.

Eu parabeno e passo a palavra para que ela possa fazer a sua apresentação, pedindo desculpas, mas nós estamos com um período de esforço concentrado, votação no Plenário, e, na hora da votação, temos que sair, e o Regimento inclusive tem rigidez nesse processo. Por isso, eu pediria que V. S^a fizesse uma apresentação o mais sucinta possível.

Por gentileza, a palavra está com a senhora.

A SR^a VERA CÍNTIA ALVAREZ - Muito obrigada.

Meus cumprimentos e agradecimentos a todos os presentes, ao Presidente da Comissão, Senador Jorge Viana, ao Relator de minha candidatura, Senador Airton Sandoval, às Sr^{as} Senadoras, agradeço muito a presença dos Srs. Senadores eventuais que vierem, a meus colegas, a quem cumprimento na pessoa da Embaixadora Gisela Padovan, a todos os amigos eu agradeço a presença. E passo a apresentar a esta Casa a minha candidatura para representar os interesses do Brasil na Guatemala.

Eu começaria a minha apresentação resgatando uma lenda, que diz muito sobre a Guatemala, e é sobretudo uma metáfora, uma imensa metáfora do que é o país. Primeiro, rapidamente uma informação para compreendermos essa lenda. Muitas cidades da civilização maia, a grande cultura que se desenvolveu onde hoje é o território da Guatemala, encontram-se soterradas, sob mata densa, há séculos. As ruínas de Tikal, por exemplo, são só a ponta do *iceberg*. Captada por satélite, revelou-se uma cidade para milhões de pessoas, com seus canais, avenidas, etc. Só para ter uma ideia rápida do que é civilização maia, ela era muito sofisticada, tinha zero em sua numeração, nos legou astronomia, calendário, arquitetura, etc., livros também, deixou a bíblia maia, o Popol Vuh, que fala da cosmogonia maia, e também a barra de chocolate é uma herança da civilização maia. Mas essa cultura desapareceu no século IX da nossa era, muito antes da chegada dos espanhóis, e os estudiosos ainda procuram uma razão para esse desaparecimento. Esse passado na Guatemala influencia muito o presente, porque nós temos aí uma população indígena que se diz maia, de 42% a 46% da população.

O que diz a lenda? Essa lenda diz o seguinte: quando uma pessoa tem algum problema grave, existencial, alguma questão de amor, de vida, de trabalho, ela senta-se embaixo de uma dessas árvores e espera que os pensamentos lhe venham, pois acredita-se que os espíritos ancestrais daquelas pessoas que viveram naquelas cidades falem ao presente através das raízes das árvores. Essa lenda nos é contada por Miguel Ángel Asturias, Prêmio Nobel da Guatemala de literatura de 1967. Aliás, são dois prêmios Nobel. O outro foi conferido a Rigoberta Menchú, líder indígena que denunciou o massacre indígena havido durante a guerra civil que marcou profundamente o país.

Ora, um país pequeno com dois prêmios Nobel significa que nós estamos na frente de um país que tem uma história muito particular e, sobretudo, uma situação geopolítica muito especial. Por um lado, vizinho dos Estados Unidos e do México e, por outro, de países pobres que têm problemas semelhantes como Honduras, El Salvador, Nicarágua também.

Essa porção de terra muito cheia de vulcões, mas muito fértil sempre foi muito importante durante a colônia espanhola, mas depois de 1821, no processo da independência, há uma longa sequência de caudilhos que procuravam, na sua maioria militares, preservar os interesses da elite que explorava as riquezas do país sendo a United Fruit Company a mais notória delas. Essa companhia americana detinha toda a infraestrutura do País. Tinha construído as estradas de ferro, as estradas de rodagem, os portos, os moles pelos quais escoava a sua produção de bananas. Então, ela mandava política e economicamente no país.

E, a partir daí, desse cenário que nós temos como um cenário colonial, há três momentos históricos que eu extraí da história da Guatemala para explicar os dilemas e os desafios de desenvolvimento que a Guatemala tem.

O primeiro momento é o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Ventos da democracia soprando no mundo inteiro, o *Zeitgeist* muda e muitos países estavam em transformação, inclusive o nosso. Quais eram as grandes questões desse período? O desenvolvimento da infraestrutura para impulsionar a economia e uma atualização das estruturas do Estado. E a Guatemala se percebe, assim mesmo, como atrasada, carente de infraestrutura, sufocada por essas sucessivas ditaduras militares e se cria uma situação na qual se elege, em 1954, um professor chamado Presidente Filósofo, um professor de Filosofia um pedagogo disposto a corrigir os problemas que ele via na Guatemala. Juan José Arévalo era o seu nome seguido de outro governante também reformista, o Coronel Jacobo Árbenz. Ambos governam a Guatemala de 1944 a 1954 e, nessa década, a Guatemala se transforma completamente. Há uma nova Constituição em 1945, o fim do trabalho forçado dos indígenas, a mulher se torna cidadã através do voto, há uma reforma educacional mais inclusiva, há uma reforma agrária e de um país dependente colonial vemos surgir um país com instituições, com respeitabilidade internacional, com uma economia diversificada, inclusive buscando uma pequena e incipiente industrialização, com o mesmo modelo que nós usamos de substituição de importações, mas esse é processo todo, claro, pisa nos calos da United Fruit, que teve suas terras, enfim, desapropriadas pela reforma agrária e teve também aquele trabalho quase servil do qual dispunha já ausente pela reforma trabalhista.

Nós temos o segundo momento que foi a deposição de armas em 1954. O contexto era a Guerra Fria campeando no mundo inteiro e, nos Estados Unidos, o Macartismo que deixava as pessoas um pouco paranoicas.

Então, Árbenz não era uma ameaça, ele era um reformista apenas, mas sob pressões externas e internas Árbenz renuncia em 1954 e aí há toda uma reversão daquelas políticas, daquelas instituições criadas. A Constituição de 1945 é anulada, é anulada a reforma agrária também, prisões, censura, dissolução dos sindicatos e dos partidos, repressão, em suma, e toda uma geração de intelectuais, homens de letra, militantes, artistas que vão embora e se exilam no exterior inclusive o nosso Miguel Ángel Asturias.

Tudo volta a ser como antes, só que, na realidade, isso não é possível - como vai, Senador Paim? - porque a história não volta atrás e aí nós temos a criação de uma situação de reação muito violenta, formação de grupos de guerrilha que foi se exacerbando a partir da década de 60 e deságua numa verdadeira guerra civil extremamente cruenta e violenta que custou a vida de 250 mil guatemaltecos, inclusive de aldeias inteiras que pereceram, e durou inacreditáveis 36 anos. Esse é o grande trauma da Guatemala, que tem reverberações amargas ainda hoje.

Foi reflexo direto da Guerra Fria? Foi. A Guerra Fria continuava campeando mundo afora e nós sabemos disso porque o conflito só se amainou na medida em que o clima de polarização foi se dissolvendo, com a dissolução da União Soviética, com a queda do muro de Berlim, a própria redemocratização da Guatemala em 1985, coincidente com a nossa. Houve eleições livres pela primeira vez, não fraudadas ou, pelo menos, não se desconfiou que tivessem sido fraudadas, e essa distensão da Guerra Fria foi, pouco a pouco, criando a situação para que houvesse uma conciliação interna, um diálogo que levou, em 1996 - é o seu terceiro momento -, à assinatura do Acordo de Paz Duradoura de 1996, sob os auspícios da ONU.

Finalmente, a Guatemala podia se organizar para seguir em frente. E o que é a Guatemala hoje? É uma república presidencialista, com eleições de quatro em quatro anos, o seu Presidente atual chama-se Jimmy Morales e foi comediante antes de se tornar Presidente, apresentou-se como apolítico e, como ele não vinha das famílias tradicionais da política, foi apoiado pela esquerda e pela direita, elegeu-se e está sendo muito contestado hoje em dia, mas há um processo eleitoral no ano que vem, em 2019, e não há reeleição para Presidente.

Em relação ao Congresso, que é uma coisa que nos interessa diretamente aqui. Ele é um congresso unicameral, são 158 deputados, quatro anos de mandato com reeleição e muitos deles participam do Parlacen que é o Parlamento Centroamericano. Eu reputo que é uma ótima oportunidade para intercâmbios entre V. Ex^{as} e os parlamentares guatemaltecos.

Em termos de economia, o que é a Guatemala? A Guatemala é um país de porte médio, agrícola, com 16,7 milhões de habitantes e um PIB da ordem de US\$68,3 bilhões. Isso dá um PIB *per capita* de 4.100. Só para a gente ter um parâmetro, o Brasil já tem de US\$15.500 a US\$16 mil por ano *per capita*. Então, apesar dessa pobreza grande, é considerada a maior economia da América Central e a nona da América Latina. Relatórios do Banco Mundial dão conta que uma gestão macroeconômica muito prudente fez com que a Guatemala fosse considerada o país da América Latina com o melhor desempenho. Ele teve 3,2% de crescimento do PIB em 2017 e terá provavelmente, em 2018, entre 3,4% e 3,8%, o que é uma boa *performance*.

Agora, a balança comercial. A balança comercial é estruturalmente deficitária. Eles compram muito mais do que vendem.

Produtos exportados pela Guatemala: açúcar, café, banana, é claro, cardamomo, artigos de vestuário. Muita coisa vai para os Estados Unidos. No comércio com o Brasil, nós somos superavitários e 80% do que nós exportamos para a Guatemala são de industrializados.

O que a gente exporta? Máquinas, ferro, aço, caminhões, farmacêuticos, químicos, papel, madeira. E o que nós importamos da Guatemala? Produtos de base: alumínio, chumbo, borracha, sementes, grãos, café, açúcar, etc. Eles produzem também muita coisa como legumes, frutas, flores, mas o mercado cativo é os Estados Unidos.

Nós temos uma participação, Senador, de apenas 1,5% no que importa a Guatemala. É muito pouco: 1,5%. É muito pouco, mas não é fácil concorrer com os Estados Unidos, o grande parceiro que está ali ao lado, nem com a China, que hoje em dia inundou todos os mercados, sequer com a Índia, que está produzindo as mesmas coisas que nós e concorrendo nos nossos mercados.

A realidade é que, no momento, o nosso comércio com a Guatemala encontra-se aquém do que poderia ser. Mas isso significa que há potencial de crescimento. Eu sou sempre otimista. E tanto acreditamos nisso que o Itamaraty autorizou recentemente a reabertura do nosso setor comercial na embaixada e nós esperamos trabalhar fortemente com ele.

O posto, é claro, tem o dever de promover as oportunidades comerciais, mas, sobretudo, nós vamos trabalhar para eliminar barreiras e preconceitos. Eu diria para a Senadora Ana Amélia que a carne, por exemplo, esbarra numa legislação de 1946,

amplamente superada, falando de doenças que já foram erradicadas há muito tempo no Brasil. Então, nós vamos tentar mudar esse quadro.

E há oportunidades novas. Pena que não está aqui o Senador Hélio José, senão eu ia dizer para ele que a Guatemala está instalando parques eólicos e solares e a gente tem boa *expertise* que pode oferecer a eles.

Agora, o turismo.

O turismo é um assunto central porque a Guatemala é considerada o primeiro destino dos dez destinos mais importantes, em termos turísticos, do Planeta. E o Brasil é uma tremenda potência turística. Então, acho que, nesse sentido, nós temos aí um grande potencial de incrementar a nossa balança de pagamentos no setor de serviços.

Temos um pequeno investimento lá. A Ambev fez um investimento de cinquenta milhões em parceria local e produz uma cerveja chamada Brava, que é uma sucedânea da Brahma.

Cooperação técnica, que é muito importante. O Brasil fez muito bonito lá, porque nós abrimos com o Senai, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação, uma escola, no estilo Senai, para capacitação técnica, oferecendo cursos profissionalizantes em mecânica automotiva, eletrônicos, produção de alimentos, padaria e confeitaria.

Eu queria lembrar a todos que cooperação é uma mão dupla. No momento em que a gente dá, a gente também recebe. Nós temos atualmente com a Guatemala uns quatorze projetos já realizados, em negociação ou que vão ser ainda realizados. Todos eles são de um padrão altamente elevado, os objetivos são sempre nobres - combate ao trabalho infantil, aleitamento materno, trabalho à pessoa com deficiência, temos muita coisa em agricultura também, acordos bilaterais e temos uma ajuda humanitária também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Nós vamos ter que fazer um revezamento. Eu fico, porque não há hipótese de não votarmos. Mas o Senador Sandoval, com quem já combinei, vai assumir, e eu volto.

Peço, mais uma vez, desculpas por conta de a sua sabatina estar no meio de um esforço concentrado e, de alguma maneira, prejudica para tomarmos conhecimento de um relatório, de uma proposta tão densa e tão interessante.

Mas, prossiga, por gentileza.

A SR^a VERA CÍNTIA ALVAREZ - Continuando, então.

Como é um país cheio de terremotos, vulcões, estigagens, etc., de vez em quando eles fazem um apelo internacional e sempre procuramos atendê-los.

Agora, eu devo ser bem sincera com V. Ex^{as}. Politicamente, estamos assim: a básica histórica de relacionamento com a Guatemala é sempre muito boa, ela é baseada em uma identidade de valores, entre eles o desenvolvimento sustentável.

Mas há, no momento, um retraimento leve e temporário, espera-se, em função dos seguintes fatores: atuação das empreiteiras brasileiras e o transbordamento das operações de combate à corrupção aqui no Brasil, que geraram alguns processos judiciais internos. Então, houve um cancelamento de projetos.

Há sensibilidades a serem superadas? Há. Mas, há um contexto favorável para isso. A cooperação técnica mantém-se como elemento de ligação muito forte entre a população e as instituições brasileiras e guatemaltecas. O Brasil e a Guatemala se apoiam nos fóruns multilaterais, têm acordos na área militar, acordos diplomáticos e o Brasil sempre é visto como um grande país, como uma potência agrícola, como um capital de simpatia muito grande, ligado a sua cultura popular, ao seu futebol, e a sua solidariedade humana.

A verdade é que o Brasil é uma força de integração e é uma força de integração regional. Então, é assim que a Guatemala nos vê e espero trabalhar com esse cenário.

Para concluir, falaria a frase de um diplomata estrangeiro sobre o Brasil, a frase é muito bonita, gostei muito. Diz assim: "O Brasil é grande, é denso, mas pisa suave". E é o que pretendo fazer na Guatemala, nessa situação. Vou pisar suave, para estreitar os laços entre as duas nações, nunca esquecendo que nós, diplomatas, representamos todo o espectro social e econômico da população brasileira, do empresário até o mais humilde artesão.

E pretendo, então, promover muita cooperação, intercâmbio cultural, intercâmbio técnico, intercâmbio educacional, turístico e esportivo, que é a minha especialidade. Isso tudo para dar vigor ao comércio bilateral e a nossa cooperação permanente com esse país amigo.

Gostaria de concluir dizendo que esse vai ser o meu primeiro posto como embaixadora. Estou indo com muita humildade, mas com muito entusiasmo e muita alegria para poder fazer esse trabalho, caso eu seja aprovada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Queria cumprimentar a futura Embaixadora Vera Cíntia Alvarez, cumprimentar e agradecer pela exposição, que certamente vai ser repetida pela rádio, pela TV Senado, constará nos *Anais* da Casa, nos *Anais* da Comissão de Relações Exteriores. Sei que isso passará a compor seu currículo. Não tenho dúvidas de que vamos ter aprovação.

E confesso que fiquei impressionado também com seu relato sobre esse país, que conheci há pouco, vizinho nosso. A senhora trouxe, com muita propriedade, parte dessa história toda e também as possibilidades que temos de estreitamento de relações do Brasil com a Guatemala.

Eu tenho comentado, quando posso, na condição de membro-titular desta Comissão e também na condição de Vice-Presidente, e, às vezes, quando presidido, que particularmente sinto uma certa necessidade de uma modernização do papel dos embaixadores, das embaixadoras do Brasil e dos países, no século XXI. Acho que ainda estamos muito vinculados ao século XX: os padrões, o grau de responsabilidade, até mesmo os propósitos. E a senhora trouxe aqui alguns elementos que eu incorporo no que chamo dessa modernização, de trazer o papel do embaixador, da embaixadora, para o século XXI, porque é bem distinto de quando começamos a estabelecer relações com outros países.

Imaginem a dificuldade que tinha o representante brasileiro quando não tínhamos avião. Imaginem o Barão do Rio Branco, que deu origem ao meu Estado, fazendo um vai e vem para a Europa de navio e resolvendo situações, como ele resolveu do Acre, em que o recurso escasso que tinha era o tempo e ele conseguiu fazer coisas milagrosas.

Mas, nos tempos de hoje, isso se resolve muito pela maneira que temos de nos comunicarmos. E acho que, sinceramente, para mim o foco maior, além de preservar todas as outras prerrogativas dessa missão, eu, se tivesse autoridade, mudaria radicalmente e passaria a tratar de algo que a senhora trouxe aqui: como pode o Brasil ter 1% do comércio da Guatemala com o Brasil. Então, uma das missões certamente, além da cultural e do estreitamento de cooperação e tudo mais, nos tempos de hoje, seria, até mesmo, se fosse o caso, estabelecer metas para que, com a ajuda, obviamente, tenhamos um avanço ainda maior nessa área comercial.

Vou passar a Presidência ao Senador Sandoval e vou votar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) - Aqui é desse jeito, não é? A gente tem que estar em dois, três lugares ao mesmo tempo. Mas, fazer o quê?

Já terminou?

A SR^a VERA CÍNTIA ALVAREZ - Já terminei minha exposição. Agora estou aberta a perguntas que os colegas quiserem fazer.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) - Senador Pedro Chaves, já está aberto o painel de votação. Se V. Ex^a quiser votar.

Está faltando apenas um voto para concluirmos nosso trabalho.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) - Eu sou o quórum, não é?

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) - V. Ex^a é o quórum. (*Risos.*)

Senador Pedro Chaves, se V. Ex^a quiser fazer uso da palavra, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ontem, tive o prazer de receber a nossa Embaixadora Vera Cíntia Alvarez no meu gabinete e conversamos bastante. Mas, mesmo assim, me permito hoje fazer perguntas. Tenho certeza de que a Guatemala vai ganhar muito com sua presença lá e o Brasil, mais ainda. Agradeço a oportunidade de podermos dirigir a palavra novamente a V. Ex^a.

As questões sugeridas são as seguintes.

O material informativo apresentado pelo Itamaraty aponta que o principal tema da política externa da Guatemala é a disputa territorial com o vizinho Belize. Esse é o quadro. Pergunto: qual o exato objeto desse desacordo e o que os países da América Latina, de forma destacada o Brasil, têm feito para ajudar os envolvidos a resolvê-lo de forma pacífica?

Segunda pergunta. O mecanismo de consultas políticas bilaterais teve sua primeira reunião realizada em maio deste ano. O que podemos esperar desse mecanismo? Por que ele foi só implementado recentemente?

Terceira e última pergunta. Sobre o rescaldo de 36 anos de guerra civil na Guatemala, pergunto: o acordo de paz que pôs fim ao conflito conseguiu implementar a agenda de reformas nele contempladas? Em que medida o legado da tragédia desse conflito está superado no âmbito da sociedade guatemalteca? E quais os principais desafios que ainda persistem?

Colocaram mais uma aqui - não tem problema, não é?

Recentemente o Vice-Presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, esteve na Guatemala. Cuida-se de viagem que passou por diversos países da região e tinha por objetivo tratar de comércio e segurança. O assunto dominante, no entanto, foi a crise dos migrantes, que é um problema bastante delicado. Nessas circunstâncias - pergunto - qual a avaliação de V. Ex^a dessa visita? De que forma o Brasil tem acompanhado a crise migratória da região e, de maneira destacada, a eventual participação dos migrantes brasileiros?

Só isso. Obrigado.

A SR^a VERA CÍNTIA ALVAREZ - A primeira pergunta é sobre a questão de Belize.

No tempo da cultura Maia, Petén, que é aquela região que fica ali agora dentro de Belize, era uma região Maia. Com a independência daquela região de Belize em relação ao Reino Unido, nós temos aí uma espécie de negociação que fugiu ao controle das autoridades guatemaltecas, e eles acabaram perdendo aquele território, que era Maia, que era incorporado à Guatemala, assim como Chiapas também; acabaram perdendo isso para o país Belize, que se constituiu depois da independência do Reino Unido.

Agora, o que está acontecendo é que a Guatemala nunca cessou de reivindicar aquele terreno de volta, e a proposta foi que a população guatemalteca votasse na possibilidade de isso ser submetido à Corte Internacional de Justiça. A votação já foi feita: concordaram com que seja submetido. Agora, resta que a população de Belize também se manifeste, e está programado um *referendum* para março de 2019, salvo engano. Ali, se eles concordarem em entrar na briga, nós, quero dizer, a Guatemala vai apresentar a reivindicação perante a Corte Internacional de Justiça.

A segunda pergunta era sobre as consultas políticas, não é?

Foi realizada em março, aliás, em abril deste ano a primeira rodada de consultas políticas. Os nossos colegas diplomatas, chefes do departamento da divisão que cuida da Guatemala, foram até lá e se entenderam muito bem. Demorou muito para que ela fosse convocada, eu não sei bem explicar por quê. Ela foi instituída lá em 2005, numa visita do Presidente Lula à Guatemala, depois passou um longo tempo sem que se fizesse nada, e neste ano decidiu-se retomar esse contato. Eu estive depois com os diplomatas que foram, e a avaliação deles é de que foi muito bom, muito positivo; que encontraram pontos de coincidência e que estavam muito animados, porque várias coisas poderiam avançar a partir dessa reunião.

Em relação ao acordo de paz *duradera* de 1996. Esse acordo, na verdade, é o ápice de uma série de subacordos. Muitos desses acordos contemplavam a causa do conflito, ou seja, a pobreza muito grande, a alienação das populações rurais sobretudo, a alienação das populações indígenas. E devo dizer, com certo pesar, que muitos desses acordos não foram cumpridos ainda, isso resta pendente, embora tenha havido muito progresso e haja, hoje em dia, a Universidade Maia, a casa de publicação de livros Maia. Ou seja, houve certo empoderamento dessas populações rurais, mas não tudo aquilo que se esperava. É isso que eu sei sobre esses acordos. Eles estão sendo negociados lentamente, alguns sendo cumpridos, alguns sendo submetidos ao Congresso. É uma coisa que vamos acompanhar agora com muita atenção, porque isso aí, esses acordos todos vão resolvendo uma série de problemas que acabaram causando esse grande conflito, que começa em 1960 e só acaba em 1996.

Em relação ao Mike Pence. Os Estados Unidos são o maior recipiendário de imigrantes guatemaltecos: há três milhões de imigrantes, dos quais apenas 12 mil são legalizados. Então, esses imigrantes, os ingressos, fazem remessas unilaterais de recursos para suas famílias, as quais representam uma grossa parcela do PIB: são 12% do PIB. Então, eu antevejo que agora, com essa política Trump de expulsar estrangeiros, déficits maiores vão ser registrados, problemas maiores vão ser registrados de emprego, de bem-estar dessas populações, que estão voltando, às vezes, com um saquinho plástico na mão com seus documentos e uma muda de roupa. É uma situação bastante complicada. Eu acho que isso pode mudar a forma como a Guatemala... a performance econômica da Guatemala, da qual falei há pouco.

E, em relação ao Brasil, há, sim; a embaixada registrou o ingresso, inclusive, de menores brasileiros na massa de imigrantes que estão constantemente caminhando em direção aos Estados Unidos e tentando ingressar lá. Essas situações foram cuidadas pelo nosso setor consular, e não há registro de grandes problemas. Na realidade, a parcela de brasileiros que tenta entrar é muito diminuta em relação a salvadorenhos, hondurenhos e guatemaltecos. Então, não é um problema que seja tão maior do que, por exemplo, a imigração dos venezuelanos, dos nossos irmãos venezuelanos que estão ingressando. Esse, sim, é um problema que nós temos que cuidar com muito cuidado.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. *Fora do microfone.*) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Eu queria agradecer a todos, especialmente à Embaixadora Vera Cíntia Alvarez, e agradecer a todos que acompanharam.

Nós vamos ter que concluir agora a sessão, e eu consulto aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras se nós podemos continuar com a reunião aberta, já que, do ponto de vista do Regimento Interno, teríamos que fazer a parte secreta da reunião, mas, como tem sido de praxe, ao haver a concordância do Plenário, nós seguiremos com a reunião aberta. *(Pausa.)*

Como não há manifestação contrária - ao contrário, todos aprovam -, solicito à Secretaria da Mesa que proceda à apuração, já que temos quórum para apreciar a indicação da Sr^a Embaixadora Vera Cíntia Alvarez.

Por favor.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Nós temos 12 votos SIM; nenhuma abstenção, nenhum voto branco.

Fica, portanto, S. Ex^a indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guatemala, repito, por 12 votos SIM - nenhuma abstenção e nenhum voto contrário.

Eu queria agradecer a presença da indicada e dizer que vou pedir para que se possa fazer chegar...

Lamentavelmente, o Senador Hélio José, que foi citado, inclusive, já chega quando foi concluída a votação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) - Ah, já?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - A indicada, inclusive, citou V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Eu peço à Secretaria da Mesa que possa providenciar para que, o quanto antes, seja encaminhado esse processo, o processado para o Plenário da Casa se manifestar.

Eu, mais uma vez, cumprimento a Sr^a Embaixadora Vera Cíntia Alvarez. Estou convencido, por sua explanação, por sua apresentação, de que nós estaremos muito bem representados na Guatemala e de que, certamente, bons resultados virão com essa missão que a senhora exercerá. Eu aproveito para felicitá-la e desejar-lhe pleno êxito.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) - Jorge, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Passo a palavra, então, para o Senador Hélio José, que, lamentavelmente, não consta na lista dos que votaram, mas pode fazer constar nos *Anais* a sua manifestação, que certamente é favorável à indicação.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) - Com certeza, Jorge.

Eu quero cumprimentar a Dr^a Vera e dizer que ela é uma pessoa superelegante, preparada, tem tudo para colaborar muito neste momento difícil que a Guatemala vive, e que a relação Brasil-Guatemala cada vez precisa melhorar. Parabéns à senhora.

Meu voto, com certeza, quero que conste nos *Anais* como voto positivo. A gente vai retribuir essa votação de fato no Plenário do Senado.

Cumprimento o Jorge Viana e digo que estamos todos torcendo muito para que todos os problemas se superem e que tenhamos uma relação cada vez melhor na América Central e na Guatemala.

Parabéns, Dr^a Vera.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Agradeço mais uma vez. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.)